



REFLEXÕES SOBRE A DISTINÇÃO ENTRE LEI E EVANGELHO NA TEOLOGIA LUTERANA¹

*Reflexions about the distinction between Law and Gospel in the Lutheran
Theology*

Maycon Darci Ogliari² e Claus Schwambach³

RESUMO

Este artigo pretende refletir a conceituação e origem dos termos lei e evangelho na teologia luterana, principalmente a partir de escritos do próprio Lutero. Busca-se entender qual a origem destes termos e de onde Lutero se inspirou para entender a dialética entre a lei e o evangelho. A lei acusa e aponta o pecado, já o evangelho liberta do pecado apontando para a obra justificadora de Cristo. O Antigo Testamento poderia ser considerado apenas lei? Com certeza, não. Segundo Lutero, já ali o evangelho se manifestava na misericórdia e graça divina. Mas com a revelação do Novo Testamento a lei se tornaria desnecessária? Lutero afirma que sem o desespero da lei, o Evangelho não teria sentido e o entendimento do sacrifício de Jesus seria obsoleto. O evangelho é a força de Deus que liberta o pecador do pecado. Não pelo mérito humano, mas pela graça divina, pela obra única de Jesus Cristo. Segundo Lutero, a distinção entre estes termos é vital a ponto de caracterizar o verdadeiro teólogo, ou seja, aquele que sabe discernir e distinguir a lei e o evangelho na pregação da palavra de Deus. A distinção entre a lei e o evangelho é fundamental na teologia luterana, pois é esta tensão que transforma e impacta o ser humano, o desespero da lei, e as palavras

¹ Artigo recebido em 28 de outubro de 2016, e aprovado pelo Conselho Editorial em reunião realizada em 2 de dezembro de 2016, com base nas avaliações dos pareceristas *ad hoc*.

² Maycon Darci Ogliari é estudante de teologia do 6º semestre do curso de bacharelado em teologia da FLT – Faculdade Luterana de Teologia. E-mail: maycon.ogliari@flt.edu.br.

³ Claus Schwambach (Dr.) é professor de teologia sistemática e ética na FLT – Faculdade Luterana de Teologia. É Editor-Chefe de *Vox Scripturae*. E-mail: claus.schwambach@flt.edu.br.

doces do evangelho.

Palavras-chave: Lutero. Lei. Evangelho. Palavra de Deus. Justificação.

ABSTRACT

This article intends to reflect the conceptualization and origin of the terms law and gospel in Lutheran theology, mainly from Luther's own writings. It seeks to understand the origin of these terms and from which Luther was inspired to understand the dialectic between the law and the gospel. The law accuses and points out sin, and the gospel liberates from sin by pointing to the justifying work of Christ. Could the Old Testament be considered only law? Certainly not. According to Luther, the gospel was in the Old Testament already manifested in divine mercy and grace. But with the revelation of the New Testament would the law become unnecessary? Luther states that without the despair of the law, the Gospel would have no meaning and the understanding of Jesus' sacrifice would be obsolete. The gospel is the power of God that set the sinner free from sin. Not by human merit, but by divine grace, by the unique work of Jesus Christ. According to Luther, the distinction between these terms is vital to characterize the true theologian, that is, one who knows how to discern and distinguish the law and the gospel in the preaching of the word of God. The distinction between law and gospel is fundamental in Lutheran theology, for it is this tension that transforms and impacts the human being, the despair of the law, and the sweet words of the gospel.

Keywords: Luther.Law.Gospel. God's word. Justification.

1 INTRODUÇÃO

As Escrituras sempre tiveram um papel decisivo na fé cristã. O Antigo e Novo Testamento são o reflexo da revelação de Deus no mundo, seja em Israel, seja na história da Igreja. Hoje, a Bíblia está à disposição e seu conteúdo é a base de toda a fé cristã. Pode-se afirmar que a Bíblia é palavra de lei e palavra de Evangelho. Essas palavras percorrem toda a Escritura. Mesmo tendo a Bíblia como cerne da revelação cristã, a Igreja sempre vive a tensão da interpretação bíblica. A Escritura tem afirmações tanto sobre a lei, como sobre o evangelho. No Evangelho de Mateus, Jesus afirma: “Não penseis que vim revogar a lei ou os Profetas; não vim para revogar, vim para cumprir. Porque em verdade vos digo: até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til jamais passará da lei, até que tudo se cumpra” (Mt 5.17-18)⁴. Com base nisso entende-se que Jesus diz que Ele veio para cumprir a lei de forma integral. Mas o que seria esta lei?

A palavra de Deus não trata apenas a respeito da lei, mas também do

⁴ **BÍBLIA.** Português. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada no Brasil. 2. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

Evangelho. Na carta aos Romanos, o apóstolo Paulo escreve: “Pois não me envergonho do evangelho, porque é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê, primeiro do judeu e também do grego; visto que a justiça de Deus se revela no evangelho, de fé em fé, como está escrito: O justo viverá por fé (Rm 1, 16-17)⁵. Aqui o Apóstolo, testemunhando de sua fé, revela que o evangelho é o poder de Deus para salvação, e que a justiça se revela no evangelho, então para ser salvo é preciso crer no evangelho. Mas antes de crer, é necessário saber o que é o evangelho.

Considerando a importância da reforma luterana para a interpretação bíblica. É de grande valia entender como o reformador entendia a questão de lei e evangelho na Escritura e como o entendimento disso pode impactar a vida daquele que crê. Pois todo aquele que é impactado pela Escritura precisa de um prumo para sua fé. Sem este prumo, corre-se o risco de interpretar a revelação bíblica de maneira equivocada.

A principal finalidade deste trabalho é entender a real aplicação e distinção de lei e evangelho para Lutero e para a tradição luterana. Considerando a confessionalidade luterana é de bom tom entender como se define lei e evangelho nesta confissão. A Fórmula de Concórdia, um dos documentos que expressa essa confessionalidade afirma: “Cremos, ensinamos e confessamos que a distinção entre lei e evangelho, como luz especialmente gloriosa, deve ser mantida com grande diligência na igreja. Por ela (segundo a admoestações de S. Paulo), a palavra de Deus é corretamente dividida”⁶. Assim percebe-se a relevância da lei e do evangelho na palavra de Deus.

A metodologia utilizada neste trabalho foi de pesquisa bibliográfica, principalmente a partir de obras de Lutero como: Breve instrução sobre o que se deve procurar nos evangelhos e o que esperar dele⁷. A instrução sobre como

⁵ BÍBLIA, Almeida, 1993.

⁶ **Livro de Concórdia**: as confissões a Igreja Evangélica Luterana. 6. ed. Revisada e atualizada. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2006, p. 515.

⁷ LUTERO, Martinho. Breve Instrução sobre o que se deve procurar nos Evangelhos e o que esperar dele. In: **Obras Seleccionadas Vol. 8**. Interpretação Bíblica: princípios. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2003, p. 166-176.

os cristãos devem lidar com Moisés”⁸, e os debates contra os antinomistas”⁹. Também serão utilizadas outras obras que abordem Lutero e sua teologia. O primeiro capítulo aborda questões acerca de como se originou a expressão de lei e evangelho em Lutero e de como esta expressão é importante para a teologia luterana. A seguir busca-se a definição, o objetivo e a importância da lei e do evangelho em Lutero. Por fim aborda-se a distinção de lei e evangelho a partir de Lutero e de outros autores, finalizando com a importância desta distinção.

2 A ORIGEM DE LEI E EVANGELHO EM LUTERO

A relação de lei e evangelho que é tão difundida no mundo evangélico não nasceu pronta. Antes foi sendo amadurecida por Lutero em razão de seus estudos teológicos e reflexões. A lei e o evangelho não são termos exclusivos da teologia luterana. Paulo e Agostinho já utilizavam estes termos. De acordo com Ebeling¹⁰, mesmo com suas muitas publicações e seu trabalho teológico, o reformador se dedicou grandemente ao estudo da Bíblia. Para Lutero “a teologia se resume em ser a interpretação das Sagradas Escrituras”. Esta questão não era superficial ou simplesmente acadêmica, era uma questão pessoal pois Lutero se perguntava como seria seu estado diante de Deus. Ele não tinha dúvida que a vontade de Deus só atinge o ser humano de forma revelada e compreensível pelas Escrituras¹¹. Abaixo o reformador descreve sua compreensão de justiça de Deus e sua experiência com o evangelho.

Eu tinha sido captado por extraordinário ardor de conhecer a Paulo, na Epístola aos Romanos, mas até então não fora o sangue nada frio de meu peito que estivera no caminho, mas um único vocábulo “justiça de Deus” que (nesta epístola) é revelado. Eu odiava, pois este vocábulo “justiça de Deus”, pois por uso e costume de todos os doutores eu fora ensinado a entender à moda da filosofia a justiça (como a tratam) formal ou ativamente,

⁸ LUTERO, Martinho. Instrução sobre como os Cristãos devem lidar com Moisés. In. LUTERO, Martinho. **Obras Seleccionadas Vol. 8**. Interpretação Bíblica: princípios. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2003, p. 178-195.

⁹ LUTERO, Martinho. Contra os antinomistas. In. LUTERO, Martinho. **Obras Seleccionadas Vol. 4**. Debates e controvérsias II. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1993, p. 376-438.

¹⁰ EBELING, Gerhard. **O pensamento de Lutero: uma introdução**. São Leopoldo: Sinodal, 1988. p. 76.

¹¹ EBELING, 1988, p. 76.

pela qual Deus é justo, e pela qual castiga pecadores e injustos. [...] ¹² Enquanto pela misericórdia de Deus meditava de dia e noite para descobrir o que ligava aqueles termos a saber: A justiça de Deus e revelada nele, como está escrito: O justo vive pela fé, aí comecei a entender a justiça, pela qual o justo vive como por um dom de Deus, a fé – e que esta sentença, que pelo evangelho se revela a justiça de Deus, fala de justiça passiva, pela qual o Deus misericordioso nos justifica pela fé, como vem escrito: O justo vive pela fé. Aqui me senti totalmente renascido, senti que as portas se tinham aberto e que tinha entrado no paraíso. Ai logo a outra face da Escritura se me revelou ¹³.

A Escritura aborda muitos assuntos, porém ela trata principalmente da existência humana e sua consciência. É a palavra que dá certeza na vida e na morte. Nas preleções sobre os Salmos Lutero se esforça “para entender as Escrituras de tal maneira que não permanecesse mera letra, isto é, algo estranho, distanciado e externo, mas que se tornassem em Espírito, que se tornassem vivas no coração e tomassem conta do ser humano” ¹⁴. Ebeling cita o princípio hermenêutico da primeira preleção exegética de Lutero. “Nas Escrituras Sagradas, o melhor é distinguir o Espírito da letra; pois é isso que torna alguém verdadeiramente teólogo. E a Igreja tem isso unicamente do Espírito Santo e não da ideia humana” ¹⁵. Lutero aplica o binômio Letra e Espírito em antítese. Ebeling o descreve deste modo:

O Espírito está oculto na letra. Mas isso tem que ser compreendido num sentido muito profundo e teologicamente substancial. A letra não é boa palavra, antes é lei da ira de Deus. O Espírito no entanto é boa palavra, boa nova, evangelho, por ser palavra de graça [...] O Espírito se torna letra; mas também a letra sempre de novo tem que transformar-se em Espírito” ¹⁶.

Lutero utiliza a antítese do binômio letra e espírito que já era utilizada pelo apóstolo Paulo: “A letra mata, mas o espírito vivifica” (2 Co 3.6). Também Agostinho já interpretava a relação de lei e espírito em lei e graça. Desta maneira Lutero se aprofunda nas obras de Paulo e de Agostinho na correta interpretação

¹² WA 54 185, 14. In: IWAND, Hans Joachim. **A justiça da fé**: exposição conforme a doutrina de Lutero. 2. ed. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1981, p. 91.

¹³ WA 54 186, 3. In: IWAND, Hans Joachim. **A justiça da fé**: exposição conforme a doutrina de Lutero. 2. ed. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1981, p. 94.

¹⁴ EBELING, 1988, p. 77.

¹⁵ EBELING, 1988, p. 78.

¹⁶ EBELING, 1988, p. 78-79.

das Escritura¹⁷. Ebeling descreve este processo:

Lutero usou o binômio Letra e Espírito, como um arado que abriu, por assim dizer, a superfície encrostada das escrituras, deixando profundos sulcos. Ele não se prendeu a essa primeira forma de sua reflexão. Substitui-a pela distinção nela implícita de lei (aquilo que exige) e evangelho (aquilo que promete e concede). Por uma questão de clareza teológica. A diferenciação de lei e evangelho tornou-se expressamente a terminologia oficial. Essa mudança linguística, que se processou numa transição gradual, não representa uma ruptura em termos de conteúdo, mas o amadurecimento e a asseguuração daquilo que se havia esboçado já nos primórdios¹⁸.

Dessa forma pode-se entender como a ideia de letra e espírito influenciaram a interpretação das Escrituras em lei e evangelho. Esse processo aconteceu de maneira gradual. Com isso a dinâmica da lei e do evangelho se enraizou, cresceu, floresceu e frutificou em toda a obra e teologia de Lutero.

3 A LEI A PARTIR DE LUTERO

Não há como descrever a lei revelada no Antigo Testamento sem citar o povo de Israel e Moisés. Se o Antigo Testamento é Palavra de Deus para o povo de Israel, o que vale para a Igreja? O que Deus diz de forma restrita ao povo de Israel tem validade para a Igreja se estiver em sintonia com o direito natural. Mas o que seria direito natural? Seria a lei que já está por natureza implantada no coração humano. Na visão de Lutero, este conceito não é isolado, mas está sempre vinculado à Palavra de Deus. Por exemplo, o decálogo foi dado aos judeus, porém como ele condiz com a lei gravada no coração e na consciência do ser humano, então ele também é válido para os cristãos¹⁹.

Lutero não está contrapondo a lei judaica e o evangelho de Cristo. Ele considera a lei como um conceito mais abrangente, isto é, a lei humana natural como um todo e o evangelho. Segundo Lutero, “o que muda do Antigo para o Novo Testamento é a situação da pessoa. No Antigo Testamento a lei mostra o pecado e destrói o pecador, ao passo que no Novo Testamento a pessoa é

¹⁷ EBELING, 1988, p. 80.

¹⁸ EBELING, 1988, p. 87.

¹⁹ LUTERO, 2003, p. 181-182.

conduzida pela graça divina, resultando no cumprimento da lei em Cristo²⁰. Na ótica da organização social a lei tem o propósito de organizar a sociedade conforme a justiça e sua sábia aplicação, mas na perspectiva pessoal se refere a auto justificação do ser humano perante Deus. A crítica da lei não se restringe aos judeus, pois tanto estes como os gentios não conseguem cumpri-la. A lei acentua e aponta a dificuldade humana em auto justificar-se, demonstrando que o homem é pecador diante de um Deus santo e justo.

Lutero afirma que há apenas duas pregações que vieram dos céus. A primeira encontra-se no livro do Êxodo, quando o próprio Deus se fez ouvir do céu e com grande poder concedeu a lei ao povo de Israel. A segunda pregação Deus pronunciou por meio do Espírito Santo no dia de pentecostes. Para Lutero há dois reinos, o secular e o espiritual: o primeiro é o que governa com espada e é visto exteriormente. Já o segundo é regido apenas com a graça e o perdão dos pecados. Este reino não pode ser visto com os olhos físicos, mas é revelado através a fé²¹.

O reformador também considera que no meio, ou seja, entre os dois reinos ainda está colocado outro reino. Este é meio espiritual e meio secular e abrange os judeus com mandamentos e cerimônias exteriores que devem ser observados diante de Deus, das pessoas e do mundo. Para Lutero, a lei existe e é factual. Ela teve seu momento e propósito com o povo de Israel. Mas o reformador não deixa de considerar seu ajuste no tempo e na história diante da perspectiva do Novo Testamento e da tradição da Igreja. Com isso, ele afirma:

A lei de Moisés refere-se aos judeus e, de qualquer maneira, não nos prende mais, pois esta lei foi dada exclusivamente ao povo de Israel, e este a aceitou para si e seus descendentes, sendo que, aqui, os gentios estão excluídos, embora os gentios também tivessem várias leis em comum com os judeus [...] Tudo isso lhes foi escrito no coração, ao natural, não o tendo ouvido direto do céu como os judeus. Por isso, todo esse texto nada tem a ver com os gentios. Digo isso por causa dos entusiastas, porque vocês veem e ouvem como eles leem Moisés. Citam-no como muito importante e argumentam que Moisés teria governado o povo com mandamentos [...] pretendem governar o povo segundo a letra da lei de Moisés, como se ela jamais tivesse sido lida antes. Isso, porém, nós não admitiremos. Antes, preferia deixar de pregar pelo resto da minha vida a readmitir Moisés e permitir que Cristo nos fosse arrancado do coração [...] Consideraremos Moisés um mestre, mas não o tomaremos como nosso legislador, a não ser que ele coincida com o Novo testamento e com a lei natural [...] se alguém argumentar contigo quanto a Moisés, e seus mandamentos insistindo para

²⁰ LUTERO, 2003, p. 182.

²¹ LUTERO, 2003, p. 183.

o observares, dize: Vai para os Judeus com seu Moisés, eu não sou judeu, não me perturbe com Moisés. Se aceito Moisés em um ponto, tenho a obrigação de observar a lei inteira, pois nem o menor ponto de Moisés nos diz respeito²².

A lei teve seus propósitos e destinatários definidos no passado, mas isso não a torna desnecessária ou irrelevante na atualidade. Segundo Lutero, há pelo menos três coisas que podem ser úteis. Em primeiro pode-se dizer que os mandamentos que foram dados a Israel e que se referem às questões exteriores devem ser abandonados. Eles não comprometem nem forçam, são leis mortas e nulas²³. Porém, Moisés também ordenou muitas outras coisas como: ter um só Deus, crer e confiar nele, não matar, não furtar. Então estas coisas também devem ser desconsideradas? Com certeza, não. Mas há um critério, segundo o reformador, a natureza também tem essas leis e ela sugere que se invoque a Deus. Dessa forma os gentios teriam esta lei inscrita no coração. Aquilo que Deus teria transmitido do alto ao povo de Israel através de Moisés, Ele também teria escrito nos corações de todas as pessoas, tanto judeus quanto gentios. Dessa maneira os mandamentos foram anunciados por Moisés não porque ele os preceituou, mas porque estão implantados por natureza, assim a lei de Moisés está em harmonia com a lei natural²⁴.

O segundo ponto considera que em Moisés encontram-se elementos que o homem não tem por natureza, como as promessas de Deus a respeito de Cristo. Isso não está inscrito conforme a lei natural no coração das pessoas, mas vem de fora, enviado pelo próprio Deus. Essas promessas dão conforto e animam e deve-se confiar nelas de todo o coração²⁵. Neste sentido Lutero defende que Moisés deva ser observado. “Pois ele dá bons exemplos de leis para bom e ordeiro governo do país e do povo em questões exteriores e também porque ali se encontram as promessas de Deus que fortalecem e mantêm a fé”²⁶.

O Antigo Testamento não deve ser considerado apenas como lei, mas como Palavra de Deus. No comentário ao livro de Gênesis o reformador já percebe isso. Em Gn 3.15, quando Deus diz a serpente: “Porei inimizade contra ti e a

²² LUTERO, 2003, p. 186-187.

²³ LUTERO, 2003, p. 187.

²⁴ LUTERO, 2003, p. 188-189.

²⁵ LUTERO, 2003, p. 189.

²⁶ LUTERO, 2003, p. 189.

mulher e entre a tua descendência e o seu descendente. Este te ferirá a cabeça e tu lhe ferirás o calcanhar”.²⁷ Este seria o primeiro evangelho. Ao patriarca Abraão também foi revelado o evangelho. Em Gn 22.18 Abraão recebeu a promessa: “Por meio de tua descendência os povos da terra serão abençoados”. Esta foi a segunda boa nova a respeito de Cristo”²⁸. Deste modo, para Lutero o Antigo Testamento apresenta muitas promessas, onde os judeus crentes buscaram apoio e que os apóstolos citaram e apresentaram muitas vezes para anunciar e prefigurar a Cristo.

O terceiro ponto a ser considerado por Lutero são os belos modelos de fé, amor e cruz que podem ser aprendidos dos patriarcas e de outros exemplos do Antigo Testamento. Ali pode-se aprender a confiar em Deus e amá-lo. Mas também podem ser encontrados exemplos de descrença e da ira de Deus. Lutero afirma “que esses exemplos são necessários, pois mesmo que eu não seja Caim, se eu agir como Caim, receberei o mesmo castigo de Caim”²⁹.

Com tudo isso percebe-se que a Palavra de Deus é revelada a partir do Antigo Testamento, mas não se restringe apenas a ele. Antes, caminha na direção do Novo Testamento apontando para a revelação e glorificação de Cristo. Assim, o evangelho é boa nova que se manifesta na Palavra de Deus, seja no Antigo ou no Novo Testamento.

3.1 Lutero em defesa da lei

O antinomismo é a doutrina de que o evangelho prega arrependimento e perdão dos pecados, negando a validade da lei para o arrependimento, bem como para a orientação da vida Cristã.³⁰ O antinomismo teve como seu principal defensor João Agrícola. Lutero defendia a valorização do evangelho como primordial, mas não compactuava com as distorções propostas por Agrícola de que a lei deveria ser descartada. Lutero defende a lei e afirma que esta tem seu lugar e propósito. Em seu primeiro debate contra os antinomistas ele escreve contra os que defendem a superação da lei:

24. E ensinam perniciosamente que a lei de Deus simplesmente deveria ser

²⁷ BÍBLIA. Almeida, 1993.

²⁸ LUTERO, 2003, p. 190.

²⁹ LUTERO, 2003, p. 193.

³⁰ LUTERO, 1993, p. 378.

eliminada da igreja, o que é blasfemo e sacrílego.

25. Porque, segundo a tradição de toda Escritura, a penitência deveria ser começada a partir da lei, o que também demonstram a ordem desse assunto em si e a experiência[...]

28. É a ordem das coisas que morte e pecado estão na natureza antes de vida e justiça.

29. Pois não estamos destinados a sermos entregues ao pecado e à morte como justos ou vivos, mas, como pecadores desde já mortos em Adão, deveremos ser justificados e vivificados por Cristo.

30. Por esta razão deve-se ensinar primeiramente sobre Adão (isso é, pecado e morte), que é figura do Cristo vindouro, do qual se deve ensinar depois.

31. O pecado e a morte, porém, não devem ser expostos pela palavra da graça e da consolação, mas pela lei.

32. A experiência é que Adão é arguido primeiramente como transgressor da lei, e depois é levantado pela prometida semente da mulher.

33. Também Davi é primeiramente morto pela lei, quando Natã lhe disse: “Tu és aquele, etc.”. Depois é preservado pelo evangelho, ao dizer: “Não morrerás, etc.” [2 Sm12.7,13].

34. Depois de primeiro prostrado pela lei, Paulo ouve: “por que me persegues?” Depois é vivificado pelo evangelho: “Levante-te, etc.” [At 9.4,6].

35. E o próprio cristo diz em Mc 1,15: “Arrependei-vos e crede no evangelho, pois está próximo o reino de Deus”³¹.

Lutero verifica um fio vermelho que percorre a Escritura, especialmente em Paulo, onde primeiramente se revela a ira de Deus na lei, demonstrando que todos são pecadores. Depois disso é ensinado como Deus alcança as pessoas em sua graça em justiça. Os opositores de Lutero negam a validade da lei. Eles distorcem as palavras de Paulo, invertendo a relação de lei e evangelho, colocando no fim as coisas que deveriam estar no começo³².

Em contraposição à interpretação antinomista, Lutero afirma que “tudo que aponta para o pecado, a ira ou a morte, exerce o ofício de lei, aconteça isso no Antigo ou no Novo Testamento”³³. O reformador também defende que a lei foi dada para ser ensinada e não para ser abolida. Pois através da lei se reconhece o pecado e a morte, como também a ira de Deus. A lei deve ser ensinada tanto a

³¹ LUTERO, 1993, p. 381-382.

³² LUTERO, 1993, p. 434-435.

³³ LUTERO, 1993, p. 383.

ímpios como a piedosos. “Aos ímpios para que reconheçam seu pecado, a morte e a ira de Deus, se humilhando perante o Senhor. Aos piedosos para que sejam admoestados a crucificarem sua carne, com a concupiscências e vícios, para não se tornarem seguros”³⁴.

Os antinomistas defendem que a lei seja abolida. Mas de acordo com Lutero, se isso acontecer ignora-se o que Cristo é, ou o que fez quando cumpriu a lei pelos pecadores. Se não há lei, não há o que se cumprir. Não se pode cumprir o que não é conhecido, logo Cristo veio em vão. “Abolir a lei e deixar o pecado e a morte é ocultar aos homens a doença do pecado e da morte, para sua ruína”³⁵.

Lutero defende que os gentios têm em seu coração a lei natural. Mas esta lei é muito incerta e obscura, com isso é necessário conduzir as pessoas ao conhecimento de lei, para que conheçam a intensidade do pecado e da ira de Deus, juntamente com a morte como consequência do pecado³⁶. Essa consciência pode desenvolver arrependimento e penitência, mas isso não está ao alcance de quem prega, mas quem opera isso é Deus através de seu Santo Espírito. Neste sentido o reformador declara sua impotência.

Por isso não converto a ninguém pelo poder da minha pregação, a não ser que Deus esteja presente e coopere com seu Espírito (...) Deus porém quer que ensinemos a lei. Onde fizermos isso, se verá: com certeza ele converterá para a penitência os que são convertidos por meio dela, a quem e quando quer. Assim devemos pregar o Evangelho, que é doutrina comum a todos, mas a fé não é de todos. Também a lei é pertinente a todos, mas a penitência não é de todos³⁷.

Os opositores de Lutero afirmavam que na lei se evidencia a força do pecado, ou seja, a lei aumenta o pecado (Rm 5.20) por isso ela é desnecessária³⁸. Lutero admite que a lei tem esta força na relação com o pecado, porém não descarta a lei, pois segundo ele, “a lei não aumenta o pecado de forma tal que ela mesma o cometa, mas apenas o mostra (Rm 7.7). Uma coisa é fazer, outra é mostrar o pecado. Não é a lei que comete o pecado, mas nós”³⁹.

³⁴ LUTERO, 1993, p. 391.

³⁵ LUTERO, 1993, p. 392.

³⁶ LUTERO, 1993, p. 395.

³⁷ LUTERO, 1993, p. 399.

³⁸ LUTERO, 1993, p. 403.

³⁹ LUTERO, 1993, p. 404.

A própria oração do Pai Nosso testemunha a respeito da lei. A oração dominical revela à Igreja que esta é pecadora e nesta oração a Igreja pede pela remissão dos pecados, mas como saber o que é pecado, se isso não fosse ensinado pela lei e pela consciência? Ou ainda, como saber o que Cristo cumpriu, se não se conhece a lei? Por tudo isso a lei precisa ser ensinada. Para se entender o que é o pecado e qual o propósito do sacrifício de Cristo⁴⁰.

3.2 Uso político e teológico da lei

Para Lutero, a lei pode possuir mais do que um único sentido na vida das pessoas. Essa lei pode se desdobrar no sentido político e no sentido teológico. De acordo com Wegner, no sentido político e civil da lei (*usus politicus*) a lei deve ser pregada e obedecida para que todos possam conviver e subsistir de maneira civilizada.⁴¹ Lutero afirma que a lei também serve para evitar o caos no mundo⁴². “Portanto, cada sociedade encontra-se alicerçada sobre certas “ordens naturais” ou “estruturas básicas”, tais como o estado, a família, a propriedade, a escola e a igreja, bem como sobre o conjunto dos ofícios e vocações que cada pessoa desempenha dentro do tecido social”⁴³.

Segundo Lianos, sabe-se que o reino físico é o reino onde a lei é praticada pelo uso político. Desta maneira, o reino terreno é o reino da lei. Aquele que prega a lei entende que estes mandamentos são originalmente vindos da lei natural. A lei e, especialmente, o Decálogo tem a função de ser lei para todos os homens⁴⁴. A responsabilidade pelo cumprimento das leis compete ao Estado, ao qual se deve submissão. Esta lei civil não visa alcançar uma conversão ou um assentimento interior das pessoas às leis que regem a sociedade. As motivações dos governos nem sempre são as melhores possíveis. Mesmo assim, o seu valor é inegável pois promovem um mínimo de equilíbrio e paz social, permitindo a educação e a livre

⁴⁰ LUTERO, 1993, p. 404.

⁴¹ WEGNER, Uwe. A dialética entre lei e evangelho à luz do Novo Testamento: inferências éticas e homiléticas. In: **Estudos Teológicos**. São Leopoldo, ano 45, n. 2, 2005, p. 144.

⁴² LUTERO, 1993, p. 379.

⁴³ WEGNER, 2005, p. 144.

⁴⁴ LIANOS, Marco A. Huesbe. **La propuesta política de Martín Lutero através de su doctrina de los dos reinos**. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0716-54552000002200016>. Acesso em: 10 dez. 14.

pregação do evangelho⁴⁵.

Já o sentido teológico da lei (*usus elencticus et pedagogicus*) se divide em dois pressupostos. Sendo que o primeiro é que a vontade de Deus é santa, então importa cumpri-la totalmente. O segundo pressuposto evidencia a natureza humana no que ela precisa fazer, saber, e cumprir para alcançar as justas ordenanças de Deus. Isto ela não consegue pois “Não há justo, nem um sequer” (Rm 3.10)⁴⁶. Por vezes a humanidade não quer cumprir os preceitos de Deus e toda essa lei se torna relativa devido a desobediência, e mesmo os que querem cumprir as ordenanças de Deus não conseguem, devido a sua natureza⁴⁷.

Estes aspectos fizeram com que Lutero entendesse a função teológica da lei como sendo dupla. A primeira revela que a humanidade é pecadora e esta não consegue cumprir a lei. Assim, todos são acusados e passíveis de juízo e condenação⁴⁸. Segundo Wegner, a lei tem o papel de perscrutar o mais íntimo do ser, revelando o que está oculto, revelando a desobediência.

A lei tem, assim, a função de uma bússola: Ela mostra onde estamos, ou seja, afastados e distantes de Deus e daquilo que Ele quer. Também se poderia dizer: a lei tem função semelhante a de uma tomografia ou de um exame de Raio X: ela proporciona radiografias sobre o nosso estado de vida espiritual, a saber, revela a nossa condição de “doentes”, ou seja, de pessoas em regime de desobediência à lei divina. O texto clássico para esta função é o de Rm 3.20, no qual Paulo afirma que ninguém pode ser justificado pelas obras da lei, em razão de que pela lei vem o pleno conhecimento do pecado. Assim sendo, o que a lei exige, ela o faz para que se cale toda a boca e todo mundo seja culpável diante de Deus (Rm 3.19). Nesta função ocorre aquilo que a teologia sistemática convencionou chamar de *usus elencticus* da lei, ou seja, o seu emprego no sentido de incriminar e acusar as pessoas como pecadores diante de Deus⁴⁹.

A segunda função teológica da lei é pedagógica, (*usus pedagogicus*). Desse modo a lei desempenha o papel de revelar a desgraça do nosso pecado, juntamente com a derradeira necessidade que se tem do perdão e da misericórdia divina. Portanto, representa uma ponte para conduzir à graça de Cristo⁵⁰. Para

⁴⁵ WEGNER, 2005, p. 145.

⁴⁶ BÍBLIA, Almeida, 1993.

⁴⁷ WEGNER, 2005, p. 145.

⁴⁸ WEGNER, 2005, p. 145.

⁴⁹ WEGNER, 2005, p. 145.

⁵⁰ WEGNER, 2005, p. 146.

Lutero “ a lei tem uma segunda função: ela já não só acusa, porque Cristo anulou a acusação. A lei agora também orienta o cristão que quer cumprir a lei gravada em seu coração”⁵¹.

4 O EVANGELHO A PARTIR DE LUTERO

De acordo com Lutero, o evangelho é a história de Cristo, “o evangelho é um arrazoado a respeito de Cristo, de que ele se tornou Filho de Deus e pessoa humana para nós, tendo morrido e ressuscitado e sido instituído como Senhor sobre todas as coisas”⁵². O reformador defende que a mensagem evangélica é única, mesmo sendo escrita por diversas pessoas. “Assim como não há mais do que um Cristo, não há nem pode haver mais que um evangelho”⁵³. O evangelho é verdade histórica e verdade espiritual, mas seu principal objetivo é anunciar a revelação de Deus vinda ao mundo e encarnada em Jesus.

Para Lutero o evangelho não está restrito aos quatro evangelistas. Ele critica os que segmentam a Palavra de Deus, restringindo o evangelho aos livros iniciais do Novo Testamento. Ele afirma: Por “essa razão há aqueles que desconhecem o teor das epístolas de Paulo e de Pedro, considerando-os como se fossem acréscimos aos ensinamentos dos evangelhos”⁵⁴. Pior do que isso é “considerar os evangelhos e as epístolas como livros de leis, onde se aprenderia o que se deve fazer, sendo que as obras de Cristo não passariam de exemplos para nós”⁵⁵. Esses costumes muitas vezes são difundidos por pessoas que não conhecem a palavra em profundidade, antes falam do que não sabem, transformando a revelação de Deus numa ficção humana ou num livro de condenação⁵⁶.

Conforme Lutero, é pela pregação ou pelo evangelho que o próprio Cristo vem. Ele vem até as pessoas, ou estas são levadas até Ele. E isso é a pregação do evangelho, pregar é anunciar as boas novas aos cativos⁵⁷. O convencer não

⁵¹ LUTERO, 1993, p. 399.

⁵² LUTERO, 2003, p. 172.

⁵³ LUTERO, 2003, p. 172.

⁵⁴ LUTERO, 2003, p. 171.

⁵⁵ LUTERO, 2003, p. 171.

⁵⁶ LUTERO, 2003, p. 171.

⁵⁷ LUTERO, 2003, p. 174.

pertence a quem prega, antes pertence unicamente a Deus a quem tudo é revelado. Lutero fica indignado e afirma que é uma vergonha que haja a necessidade de outros livros para entender o evangelho.

É mesmo um pecado, e uma vergonha que nós cristão, tenhamos chegado a esse ponto de sermos tão negligentes com o evangelho, a ponto de não entendermos e, ainda termos necessidade que primeiro nos mostrem com outros livros e interpretações o que nele se deve buscar e esperar [...] Ali, o nosso estudo e a nossa leitura devem exercitar-se e ver o que é Cristo, para que ele foi dado, como ele foi prometido e como toda a Escritura se refere a ele, conforme Ele próprio diz em João 5.46: Se crestes em Moisés, então crestes também em mim, pois foi de mim que ele escreveu⁵⁸.

4.1 O propósito do evangelho

Segundo Lutero, o evangelho “perpassa o mundo inteiro de fora a fora, sem excluir a ninguém; é oferecido a todas as criaturas, razão por que todo mundo deve acolhê-lo, e isso como se fosse apresentado a cada um em especial”⁵⁹. A mensagem do evangelho é anunciar esperança e não condenar. Não nega o pecado, antes revela quem o venceu. Lutero observa que o real entendimento do evangelho leva a um envolvimento total com a pessoa de Cristo e sua obra redentora.

O ponto principal do Evangelho, seu fundamento, é que antes de tomares Cristo como exemplo o acolhas e o reconheças como dádiva e presente que foi dado a ti, pessoalmente, por Deus [...] Este é o grande ardor do amor de Deus para conosco. Disso o coração e a consciências se alegram, ficam seguros e tranquilos. Isso é pregar [12] a fê cristã⁶⁰.

Se alguém alega conhecer o evangelho, mas não é motivado a seguir em frente, talvez este evangelho não seja uma boa nova tão boa assim. O verdadeiro evangelho transforma a realidade onde está inserido. Ele desperta a perspectiva do próximo, do outro. Apontando para Cristo. Ele é exemplo que exercita as boas obras. Contudo não são as obras que revelam o ser cristão, mas o que Cristo já fez por ela anteriormente⁶¹, ou seja, é o evangelho que anuncia o que foi feito por

⁵⁸ LUTERO, 2003, p. 175.

⁵⁹ LUTERO, 2003, p. 193.

⁶⁰ LUTERO, 2003, p. 173.

⁶¹ LUTERO, 2003, p. 173.

aquele que crê.

A fé nada tem de ti próprio, tem apenas a obras e vida de Cristo; as obras, sim, têm a tua participação, mas também não devem ser consideradas propriedade tua, e sim do próximo. Por aí vêes que o Evangelho não é propriamente um livro de leis e mandamentos que exige nossa ação. Trata-se, porém, de um livro das promessas divinas, onde ele nos promete, oferece e concede todos os seus bens e benefícios em Cristo [...] mas ensina de forma amável e cordial, dizendo apenas o que se deve fazer e deixar de fazer, o que acontecerá com os malfeitores e benfeitores, não incitando nem obrigando ninguém⁶².

Para Lutero, o evangelho é o cumprimento da lei, pois ele afirma que “em Cristo a lei está cumprida, o pecado está aniquilado, a morte destruída.” Então quem é crucificado e morto em Cristo, também está justificado da lei. No Cristo ressurreto certamente não há pecado, nem morte, nem lei, como estava sujeito quando vivo. Deste modo, na medida em que Cristo ressuscitou entre os que creem, estes estão livres da lei, do pecado e da morte⁶³.

De acordo com o reformador o evangelho ensina “a consolação face às acusações e os terrores da lei, a graça em oposição à ira de Deus, a remissão dos pecados e a justiça em oposição ao pecado, a vida em oposição à morte”. O evangelho ensina que todos são pecadores e que Deus estende sua misericórdia a todos. Ele quer libertar da morte e dar a justiça e a vida aqueles que reconhecem sua maldade, desgraça e perdição. A justificação passa a pertencer de graça aqueles que creem, sem qualquer mérito próprio, mas unicamente por causa de Cristo⁶⁴. Pois foi Cristo que se submeteu a lei suportando suas maldições, conquistando dessa forma o Espírito para os que creem nele.⁶⁵

Através do evangelho a lei não pode exigir mais nada. Porque aquele que crê já está debaixo da graça do Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo⁶⁶. Cristo cumpriu a lei em sua totalidade, não restando nada a ser realizado quanto ao cumprimento da lei. Dessa forma a lei não pode mais acusar, pois ela perde seu poder, pois tudo foi executado em Cristo. Ele é o fim da lei. Assim, todo aquele

⁶² LUTERO, 2003, p. 174.

⁶³ LUTERO, 1993, p. 390-391.

⁶⁴ LUTERO, 1993, p. 395.

⁶⁵ LUTERO, 1993, p. 397.

⁶⁶ Cf. Evangelho de João 1.29

que quer cumprir a lei precisa estar debaixo da revelação de Cristo. Sem Ele não há justificação, sem Cristo só haveria condenação, morte e inferno⁶⁷.

4.2 O Evangelho revelado no Antigo Testamento

Na visão de Lutero, o evangelho não está restrito somente ao Novo Testamento. O Antigo Testamento também testemunha a respeito da promessa evangélica. No livro do profeta Isaías⁶⁸, pergunta-se quem haveria de morrer e carregar os pecados. Segundo Lutero, ali se escreveu o puro evangelho⁶⁹. Nesta direção o reformador afirma que, “se alguém deixar de captar essa noção do evangelho, jamais poderá ser iluminado na Escritura, nem chegará ao fundamento verdadeiro”⁷⁰, ou seja, o evangelho não está restrito ao Novo Testamento, antes abrange toda a Escritura, de ponta a ponta. Quanto a isso Lutero Observa:

Quando Deus diz à serpente, como consta no livro de Gênesis [3.15]: “Porei inimizade entre ti e a mulher e entre a tua descendência e a descendência dela; ele esmagará tua cabeça e tu lhe picarás o calcanhar” - este é o primeiro Evangelho e promessa que ocorreu sobre a terra a respeito de Cristo, no sentido de que ele haveria de suplantar o pecado, a morte e o inferno e salvar-nos do poder da serpente. Nisso Adão creu com todos os seus descendentes, o que fez dele um cristão e o salvou após sua queda. Também Abraão recebeu essa promessa de Deus, como, igualmente, consta no livro de Gênesis [22.18]: “Por meio de tua descendência todos os povos da terra serão abençoados”. Esta foi a segunda Boa Nova a respeito de Cristo: [o anúncio de que], por meio dele, todas as pessoas seriam abençoadas e salvas, como o interpreta São Paulo aos Gálatas [3.8s.]. Igualmente, em Deuteronômio [18.15s.], Moisés diz ao povo de Israel: “O Senhor teu Deus despertar-te-á um profeta do meio de ti e dos teus irmãos; a ele obedecereis, conforme suplicaste do Senhor teu Deus no Horebe no dia da assembleia” [...] Tudo isso se refere a Cristo - que ele haveria de trazer nova pregação para a terra. O Antigo Testamento apresenta muitos desses ditos nos quais os judeus crentes buscaram apoio e que os santos apóstolos citaram e aduziram muitas vezes⁷¹.

Para Lutero, o Antigo Testamento prefigura a Cristo. Nos escritos de Moisés, dos profetas e em todos os livros de sabedoria do Antigo Testamento

⁶⁷ LUTERO, 1993, p. 398.

⁶⁸ BÍBLIA, Almeida, 1993.

⁶⁹ LUTERO, 2003, p. 172.

⁷⁰ LUTERO, 2003, p. 172-173.

⁷¹ LUTERO, 2003, p. 190.

pode-se verificar que eles pré-anunciavam a Cristo, ali pode-se ler e ver como “Cristo está enrolado em fraudas e colocado na manjedoura”⁷². O apóstolo Paulo em suas epístolas anuncia que o evangelho foi prometido por Deus pelos profetas na Sagrada Escritura. Também nos evangelhos, os evangelistas afirmavam que isso aconteceu para que os escritos dos profetas se cumprissem⁷³. Portanto, o testemunho da Igreja revela que o evangelho não é estranho ao Antigo Testamento, antes é seu cumprimento.

5 DISTINÇÃO ENTRE LEI E EVANGELHO⁷⁴

Algo que é importante neste momento é clarear a noção da palavra distinção. Ao que se propõe aqui a palavra distinguir? Ela não tem o objetivo de uma separação ou divórcio. A questão não é de escolha, a lei ou o evangelho. Um não pode ser substituído pelo outro⁷⁵. Segundo Ebeling, “se o evangelho ocupar o lugar da lei, ele próprio, não será outra coisa do que um tipo de lei”⁷⁶. A correta distinção é fazer tanto a lei como o evangelho permanecer no seu devido lugar e dentro dos seus limites. A lei não pode tomar o lugar do evangelho, nem o evangelho pode substituir a lei⁷⁷.

Lutero considera fundamental a correta distinção entre lei e evangelho. Segundo ele, “quase toda a Bíblia e o entendimento de toda a teologia dependem da correta compreensão de lei e evangelho. Também afirma que quem “sabe distinguir corretamente o evangelho da lei, deve agradecer a Deus e pode estar certo que é um teólogo”⁷⁸. Dessa forma, para não haver distorções da verdade cristã e para transmiti-la de maneira correta, o melhor que pode ser feito é dividir esta doutrina em lei e evangelho. Segundo o reformador, assim como “são duas as coisas que são propostas na palavra de Deus: pecado e justiça, morte ou vida,

⁷² LUTERO, 2003. p. 175.

⁷³ Cf. Carta ao Romanos 1.2.

⁷⁴ Cf. WALTHER, Carl Ferdinand Wilhelm. **A correta distinção entre Lei e Evangelho:** Vinte e cinco teses e trinta e nove preleções. Porto Alegre: Concórdia, 2005.

⁷⁵ EBELING, 1988, p. 90.

⁷⁶ EBELING, 1988, p. 90.

⁷⁷ EBELING, 1988, p. 91.

⁷⁸ EBELING, 1988, p. 88.

inferno ou céu. Estas coisas são certas e evidentes⁷⁹. O pecado, a morte, e a ira de Deus nos é inata e conhecida por meio da lei. Já a graça, a remissão dos pecados, a justiça, e a vida são demonstradas na revelação e na obra de Cristo⁸⁰.

De acordo com Whalen, a distinção entre lei e evangelho é como uma arte, onde todo cristão que corretamente compreende esta diferenciação pode ser chamado de doutor das Escrituras. Mesmo que este tema tenha sido de vital importância para o reformador, percebe-se que ao mesmo tempo foi algo muito debatido. A problemática envolvendo a distinção entre lei e evangelho não é nova, mas possui raízes logo no início do processo e formação da teologia luterana. Por exemplo, 30 anos após a morte de Lutero em 1546, a Fórmula de Concórdia retrata os primeiros embates e controvérsias acerca desta problemática em torno da lei e do evangelho.

Para Lutero, tanto a doutrina da lei, como a do evangelho precisam ser pregadas. E para que não haja apenas desespero diante do que é revelado pela lei, o evangelho precisa ser pregado. Este ensina a consolação diante das acusações e terrores da lei. A graça se opõe à ira de Deus, o perdão e a justiça em oposição ao pecado e a vida se opondo a morte. O objetivo da lei é acusar e matar. Já o objetivo do evangelho é vivificar⁸¹. De acordo com Lutero, é a dialética de lei e evangelho que o atinge o ser humano. É a pregação de lei e evangelho que gera arrependimento. Ele afirma, “o evangelho é de todos, mas a fê não. A lei é de todos, mas não é de todos o poder e o entendimento da lei”⁸². Mesmo pregando lei e evangelho, Lutero admite que o tempo e a hora da consciência de pecado e de salvação não depende dele, mas sim de Deus⁸³.

O reformador recomenda que se insista na doutrina da lei. Esta não tem utilidade para a justificação, pois mais atrapalha do que ajuda. Ela acusa e condena a consciência e mortifica o ser humano. A lei mata por impossibilidade, mas o evangelho fortifica. Cristo é o cordeiro de Deus sobre quem são colocados todos os pecados e o Espírito Santo é quem convence. Ele é eficaz e sopra e atua onde quer. Dessa maneira, tanto a lei como o evangelho, precisam ser preservados na Igreja. Deus se compadece dos que são impactados pela lei, não pelo que estes

⁷⁹ LUTERO, 1993, p. 399.

⁸⁰ LUTERO, 1993, p. 395.

⁸¹ LUTERO, 1993, p. 396.

⁸² LUTERO, 1993, p. 399.

⁸³ LUTERO, 1993, p. 399.

fazem, mas pela sua graça revelada em Cristo.

Para Lutero, Cristo é o cumprimento da lei. Porque se Cristo está presente a lei perde seu domínio. Ela não pode exercer juízo, pois em Cristo tudo foi consumado. Ele nos liberta da lei. Depois traz o Espírito Santo aos que creem nele, para que possam ter prazer na lei. Portanto restabelecer a lei agradável e pura é ofício de Cristo.

Porque Cristo veio para cumprir a lei que nem os pais nem seus descendentes puderam suportar, e para libertar, e para libertar da maldição da lei a todos os que creem nele. Não obstante deve ser exigido dos piedosos que mortifiquem os feitos da carne por meio do Espírito, de modo a expurgarem o velho fermento. Isso porque a lei permanece, mas seu ônus ou jugo não pesa mais sobre as nuças daqueles aos quais foi imposto o jugo de Cristo, que é suave e leve⁸⁴.

Segundo Lutero quem não distinguir corretamente lei e evangelho pode acabar se confundindo. Evangelho é promessa de Cristo, ele liberta dos terrores da lei, do pecado e da morte e também traz graça, perdão e vida eterna. Disto tudo ele é mestre e doador. Ele não interpretou a lei como um legislador ou Moisés, mas mostrou a total exigência da lei, cumprindo-a completamente. Portanto essa justiça que a lei exige, não acontece por meio da lei. Pois a lei revela o pecado e a ira de Deus. Mas Cristo foi o único que fez a vontade de Deus e cumpriu tudo o que a lei exigia⁸⁵. O reformador afirma: “todo aquele que aceita esse benefício de Cristo pela fé, esse cumpriu a lei de modo imputativo e recebe o Espírito Santo que transforma a lei em algo agradável e suave, quando do contrário, ela é odiosa e molesta para a carne”⁸⁶.

A lei e o evangelho devem ser distinguidos, todavia não devem ser separados. Da mesma forma que não se pode separar arrependimento e perdão, pois a relação destes demonstra seus propósitos. Proclamar o perdão dos pecados não é nada mais do que indicar e apontar que existe o pecado. Não há possibilidade de entender o cumprimento da lei se não entender o que é a lei. E se não há consciência do pecado, não há como entender o que Cristo fez⁸⁷. Segundo Lutero, na distinção entre lei e evangelho há duas pregações. A primeira pregação e doutrina é a lei de

⁸⁴ LUTERO, 1993, p. 405.

⁸⁵ LUTERO, 1993, p. 409.

⁸⁶ LUTERO, 1993, p. 409.

⁸⁷ LUTERO, 1993, p. 428.

Deus e a segunda é o evangelho. Entretanto deve-se diferenciá-las corretamente.

A lei ordena e exige de nós o que devemos fazer; [...] Pois pela lei Deus fala: Fazei isto, deixa aquilo, isto quero de ti. O evangelho, porém, não prega que devemos fazer ou deixar de fazer, ele nada exige de nós, e sim, inverte-o faz o contrário, e, em vez de dizer faze isto, faze aquilo, manda-nos estender as mãos para tomar, dizendo: “Vê, meu caro amigo, isto Deus fez por ti: por ti fez seu filho entrar na carne, mandou-o estrangular por amor a ti e o salvou do pecado, da morte, do diabo e do inferno; acredita nisso, aceita-o e será salvo”. Trata-se, portanto, de duas doutrinas diferentes e de duas obras diferentes, de Deus e do ser humano [...] também as duas doutrinas se distinguem muito sobre si, pois o evangelho ensina exclusivamente aquilo que nos é concedido por Deus, não aquilo que devemos dar ou fazer para Deus, como costuma fazer a lei. O evangelho nos revela tudo o que Deus já fez, me colocando diante de seu amor incomparável⁸⁸.

Segundo Ebeling, “a distinção de lei e evangelho coincide, pois, com a compreensão do evangelho como justificação somente pela palavra, somente pela fé, e o abandono da distinção de lei e evangelho coincide com a perda do puro evangelho”⁸⁹. Esta diferenciação identifica o que torna o homem genuinamente justo e salvo. A justiça cristã não justifica pelas obras, mas pela fé, ou seja, é um ato passivo, presenteado, dado. “O Cristão é pecador em si mesmo e a partir de si; ao mesmo tempo, porém, é justo fora de si, a partir de Deus e diante de Deus em Cristo”⁹⁰.

5.1 Cristo como dádiva e exemplo

Segundo Bayer, Lutero afirma que o evangelho não deve tornar-se lei, tampouco fé. Tornando-se um fazer que procura fazer jus a um dever. “A moralização do evangelho, bem como da fé, produzida pelo evangelho, acontece quando se faz de Cristo um modelo de constituição”⁹¹. O reformador faz uma diferenciação entre Cristo como dádiva (donum) e Cristo como exemplo (exemplum). Essa diferenciação reforça e aprova a distinção de lei e evangelho. Opondo-se à moralização, mas também validando a questão das boas obras em

⁸⁸ LUTERO, 2003, p. 184.

⁸⁹ EBELING, 1988, p. 96.

⁹⁰ EBELING, 1988, p. 96.

⁹¹ BAYER, Oswald. **Teologia de Martim Lutero**: uma atualização. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2007, p. 44.

Cristo. O “Cristo como dádiva cria a fé, Cristo como exemplo prefigura as obras do amor”⁹².

Por isso debes entender as palavras, obras e sofrimento de Cristo de duas maneiras. Por um lado, como exemplo, que é apresentado a ti, ao qual deves seguir, agindo da mesma forma, como diz S. Pedro, 1Pe4[. 1; cf. 2,21]: Cristo padeceu por nós, deixando-nos com isso, um exemplo; assim com Vês que ele ora, jejua, ajuda as pessoas e demonstra amor, também deves demonstrar amor, também deves proceder contigo e com o teu próximo. Mas isso é o de menos no evangelho. Só por isso ainda não se chamará de evangelho, pois, dessa forma, Cristo não será de maior proveito do que outro santo qualquer. Sua vida permanece com ele e não te ajuda em nada. Em suma, essa abordagem não faz um cristão, apenas cria hipócritas; tens de chegar, pois, a um ponto muito mais elevado. Embora até agora, por muito tempo, essa tenha sido a melhor maneira de pregar. (ainda que raramente tenha sido isso pregada[...]) O ponto principal do evangelho, seu fundamento, é que antes de tomares Cristo como exemplo o acolhas e o reconheças como dádiva e presente que foi dado a ti, pessoalmente, por Deus [...] Este é o grande ardor do amor de Deus para conosco. Disso o coração e a consciências se alegram, ficam seguros e tranquilos. Isso é pregar [12] a fé cristã. [...] Cristo como dádiva alimenta a tua fé e faz de ti um Cristão; Cristo como exemplo exercita as tuas obras, porém elas não te tornam um cristão, mas partem de ti, que já foste feito cristão anteriormente. Da mesma forma que se distingue dádiva e exemplo, distingue-se também fé e obra. A fé nada tem de ti próprio, tem apenas a obra e a vida de Cristo; as obras, sim, têm a tua participação, mas também não devem ser consideradas propriedade tua, e sim do próximo”⁹³.

De acordo com Bayer, essa diferenciação entre Cristo como dádiva e Cristo como exemplo é necessária para que na interpretação da Escritura não se dê uma ênfase extrema na questão da moralização, que é muito difundida hoje, e pode ser atrelada com um “somente Cristo”. Também afirma que “o perigo da moralização é muito maior no presente, sob a influência da tese de Kant de que a religião resulta da moral, do que foi na época de Lutero devido ao acolhimento da compreensão ético aristotélica na doutrina do pecado e da graça”⁹⁴.

5.2 A tensão entre lei e evangelho

Segundo Westphal, Lutero compreendia que a palavra de Deus tem em

⁹² BAYER, 2007, p. 45.

⁹³ LUTERO, 2003, p. 173-174.

⁹⁴ BAYER, 2007, p. 46.

si o poder de condenar e justificar. O binômio lei e evangelho sempre trabalha dialeticamente, caracterizando a vivacidade e liberdade da palavra. Assim, a palavra de Deus não é só promessa e graça, mas também juízo e condenação⁹⁵.

Para Westphal, há um perigo de se diluir a tensão entre lei e evangelho. Pois pode-se enfatizar demasiadamente a lei, levando o cristão a um legalismo e culminando numa auto justificação. Também pode-se ressaltar o contrário, afirmando somente a graça. Não valorizando a lei e não reconhecendo a obra de Cristo, isso gera uma compreensão de graça barata e uma visão domesticada de Deus⁹⁶. Muito do pensamento que se tem hoje foi sendo moldado aos poucos e na teologia não é diferente. Há muitas filosofias que moldam o pensamento teológico atual, impactando no conceito e objetivo da dialética de lei e evangelho e diluindo estes conceitos.

Temos um Cristo sem cruz e a salvação sem ira, criando um Deus a nossa imagem. Nesse sentido, Bonhoeffer e Niebuhr dirigiram suas críticas à teologia liberal. O Iluminismo – que colocou as matrizes filosóficas para a teologia liberal, para o neoluteranismo e a teologia luterana até ao dia de hoje - fez uma ruptura significativa com a dialética de lei e evangelho. Em especial no século XIX, o idealismo colocou a ideia da ira de Deus, do juízo em cheque. Com isso, domesticou-se a figura do Deus-Trindade a uma figura amorfa do amor e da solidariedade humana. Ritschl, por exemplo reduziu a santidade de Deus ao postulado do amor, como expressão das relações humanas. Assim, a ideia de salvação foi reduzida ao perdão somente, eliminando-se o julgamento e a ira de Deus. Este também é o problema da teologia de Barth, que inverteu a sequência lei-evangelho e colocou o evangelho antes da lei. Com isso, diluiu-se a lei. Esta perdeu sua função, pois a lei tornou-se evangelho. Bultmann também através da desmitologização, reduziu o sacrifício expiatório de Cristo, eliminando a dimensão do julgamento de Deus⁹⁷.

Na visão de Westphal, a teologia de Lutero difere da teologia neoluterana (liberal). Em seus escritos o reformador afirma que a lei sempre acusa e entrega as pessoas à ira de Deus e à morte eterna. Diante das impossibilidades da lei buscase a graça de Deus revelada no evangelho. A lei e o evangelho estão lado a lado. “Contudo, cada um dos polos desta dialética tem funções distintas. O evangelho,

⁹⁵ WESTPHAL, Euler Renato. O paradoxo de lei e evangelho em Lutero: Algumas teses e reflexões sobre a questão do batismo. In: **Vox Scripturae**. São Bento do Sul, v. XII n.2, 2004, p. 62.

⁹⁶ WESTPHAL, 2004, p. 62.

⁹⁷ WESTPHAL, 2004, p. 62.

ao contrário da lei, proclama que Deus se encontra conosco na pessoa de Jesus Cristo e nos dá a vida eterna. De tal modo, a palavra final não é a da lei, mas é Cristo⁹⁸.

Tanto a lei como o evangelho tem sua identidade e objetivo. A lei não é evangelho, mas o evangelho também não pode ser uma lei. Um não é o outro e não podem ser confundidos um dentro do outro. Dentre tantas formas de compreensão deste tema, Werner Elert menciona que “Quando a lei fala, então o evangelho está em silêncio. Quando o evangelho fala, a lei está muda”⁹⁹. O binômio lei e evangelho são dois corpos diferentes que ocupam um mesmo lugar, neste caso a Palavra de Deus. “A lei deve levar ao evangelho. Mas o evangelho sempre deve ser anunciado no horizonte da lei. Isto representa uma tensão permanente que em nenhum momento pode ser diluída”¹⁰⁰. Se assim ocorrer, não haverá mais nada verdadeiro. Nem lei, nem evangelho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta o que foi observado, entende-se que a palavra de Deus é lei e evangelho e estas dimensões percorrem tanto o Antigo como Novo Testamento. A palavra de Deus é dinâmica e ela pode se apresentar hora como lei e hora como evangelho. Não que a lei e o evangelho se mescle na mesma coisa, antes o Espírito Santo se utiliza da palavra e a revela conforme a sua vontade. Sendo assim, isso não é obra humana, mas obra divina.

Observando o que Lutero descreve como lei e evangelho, percebe-se em toda sua obra a dinâmica destes termos. O reformador não os usa simplesmente como argumentos teológicos para convencer alguém ou para ganhar uma disputa, antes são parte de sua fé, são parte de sua experiência com Deus. Diante de tudo que foi percorrido nesta pesquisa pode-se perceber a importância da lei e do evangelho na Escritura, não apenas seu significado e objetivo refletidos da Palavra de Deus, mas de como estes termos são palavra de Deus. A lei e o evangelho são diferentes

⁹⁸ WESTPHAL, 2004, p. 63.

⁹⁹ MATTES, Mark C (Ed.). **Twentieth-Century Lutheran Theologians**. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=xZj3AAAAQBAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q=Law%20and%20Gospel&f=false>>. Acesso em: 13 dez. 2014

¹⁰⁰ WESTPHAL, 2004, p. 63.

em suas naturezas, mas têm o mesmo propósito, ou seja, querem impactar a vida daqueles que ouvem a palavra de Deus, seja no terror do pecado, seja na promessa e consolo do evangelho.

Em vista dos argumentos apresentados, a lei é a primeira pregação de Deus, ela mostra o pecado, a morte e a ira de Deus. A lei revela como a natureza humana não consegue cumprir a justiça de Deus, deste modo todos são passíveis de condenação. A lei mata, destrói e mostra a força do pecado, contudo a lei não é pecado, ela não obriga ninguém a pecar, antes aponta a fraqueza do ser humano em pecar. A lei demonstra a seriedade e santidade de Deus. A lei pode ter uma função aparentemente negativa, mas Lutero defende que a doutrina da lei seja mantida na igreja, pois ela traz consciência do pecado. E revelado o pecado entende-se porque Cristo veio e o que ele veio cumprir.

O evangelho é o cumprimento da lei. Ele é a segunda pregação, e revela Cristo e seu sacrifício vicário ao mundo. Cristo cumpriu a lei totalmente. O evangelho trata do que Cristo venceu e subordinou debaixo de sua obediência. Assim aquele que reconhece sua morte, é justificado da lei e esta não tem mais poder sobre aquele que crê. O evangelho é promessa de vida, é a palavra de consolo que conforta a alma diante dos terrores da lei. O evangelho é dádiva, mostrando que Cristo presenteia com a vida a partir de sua morte e ressurreição. Também tem o papel de exemplo. Pois, da mesma maneira como Cristo se entregou por aqueles que estavam condenados pela lei, igualmente aquele que crê deve servir o próximo. Não no sentido de lei, mas em reconhecimento da misericórdia e do amor de Deus.

Apesar da palavra de Deus ser lei e evangelho, estes termos não podem ser confundidos. Lutero já dizia que só é teólogo quem realmente sabe discernir e distinguir entre a lei e o evangelho. A lei tem o objetivo de matar e acusar, e o evangelho tem o objetivo de vivificar. Embora tão diferentes, trabalham juntos na pregação, sendo usados pelo Espírito Santo para que a palavra de Deus chegue ao coração e convença o ser humano do pecado, da justiça e do juízo. Lutero em uma de suas prédicas afirma: “Espero ter remetido cada uma das duas palavras sem misturá-las [...] ao seu devido lugar, ao assunto próprio de cada uma: a lei para o velho Adão, o evangelho para minha consciência desalenta, assustada”¹⁰¹.

A relação entre lei e evangelho na palavra de Deus não deve ser entendida

¹⁰¹ WA 36, 41, 30-32, apud. BAYER, Oswald. **Teologia de Martim Lutero**: uma atualização. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2007, p. 42.

de maneira dualística. Separando e isolando a lei e o evangelho. Esta relação deve ser entendida de maneira dialética, onde a lei e o evangelho, embora sendo diferentes em sua essência e objetivo se correspondem quanto ao cumprimento da palavra de Deus na vida de cada pessoa. Assim, entende-se o valor e significado de lei e evangelho na palavra de Deus e a contribuição de Lutero para a melhor compreensão desta relação dialética. A questão conclusiva não é tornar a lei e o evangelho mais luteranos, mas entende-los numa perspectiva verdadeiramente cristã. Assim, entende-se o centro de toda esta pesquisa: Definir e distinguir a lei e o evangelho na palavra de Deus. Com base nisso entende-se o dizer de Ebeling sobre esta definição e distinção:

“O Trabalho teológico só faz sentido se tem-se algo a dizer por causa de Jesus, invocando a ele e em seu nome, quer dizer, numa autoridade recebida dele; E só por isso a distinção de lei e evangelho é o nervo da teologia: porque aí está em jogo a palavra cristã correta”¹⁰².

REFERÊNCIAS

- BAYER, Oswald. **Teologia de Martin Lutero**: uma atualização. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2007;
- BÍBLIA**. Português. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada no Brasil. 2. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993;
- EBELING, Gerhard. **O pensamento de Lutero**: uma introdução/ Gerhard Ebeling; tradução de Helberto Michel. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1988;
- IWAND, Hans Joachim. **A justiça da fé**: exposição conforme a doutrina de Lutero. 2. ed. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1981;
- Livro de Concórdia**: as confissões da Igreja Evangélica Luterana. 6. ed. Revisada e atualizada. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2006;
- LIANOS, Marco Huesbe. **La propuesta política de Martin Lutero através de su doctrina de los dos reinos**. Universidad Católica de Valparaíso. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0716-5455200002200016>. Acesso em: 10 dez. 2014;
- LUTERO, Martinho. Breve Instrução sobre o que se deve procurar nos Evangelhos e o que esperar, dele. In: **Obras Seleccionadas 8**. Interpretação Bíblica: princípios. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2003;
- LUTERO, Martinho. Contra os antinomistas. In: **Obras Seleccionadas 4**. Debates e controvérsias II. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1993;

¹⁰² EBELING, Gerhard. **O pensamento de Lutero**: uma introdução/ Gerhard Ebeling; tradução de Helberto Michel. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1988, p. 92.

- LUTERO, Martinho. Instrução sobre como os Cristãos devem lidar com Moisés. In: **Obras Seleccionadas 8**. Interpretação Bíblica: princípios. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2003;
- MATTES, Mark C (Ed.). **Twentieth-Century Lutheran Theologians**. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=xZj3AAAAQBAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q=Law%20and%20Gospel&f=false>>. Acesso em: 13. dez. 2014;
- WALTHER, Carl Ferdinand Wilhelm. **A correta distinção entre Lei e Evangelho**: Vinte e cinco teres e trinta e nove preleções. Porto Alegre: Concórdia, 2005.
- WESTPHAL, Euler Renato. O paradoxo de lei e evangelho em Lutero: Algumas teses e reflexões sobre a questão do batismo. In: Vox Scripturae. São Bento do Sul, v. XII n.2, 2004, p. 62.
- WHALEN, Davis. **Lutheran Understanding of Law and Gospel**. Disponível em: <<http://lighthouse.lutheran.s3.amazonaws.com/Papers/Lutheran%20Understanding%20of%20Law%20and%20Gospel.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2014.